

Ano XIV n° 4181- 19 de agosto 2011

Bancários lançam campanha salarial no Rio

Na tarde desta quinta-feira, dia 18, cerca de 800 bancários participaram de uma passeata na Avenida Rio Branco, da Candelária à Cinelândia, para lançar oficialmente a campanha salarial da categoria. Pela manhã, o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Almir Aguiar, entregou no Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro (Rio Branco, 81), a pauta de reivindicações.

Estiveram representando nossa entidade os diretores Alexandre Eiras, Aloísio Valentim, Iomar Torres e Luiz Claudio Rocha.

Na passeata, a Companhia de Emergência Teatral encenou uma esquete com piratas num navio, representando os banqueiros que "roubam" a população com os altos juros e tarifas abusivas e exploram os bancários.

A crítica bem-humorada chamou a atenção e divertiu populares, que pararam para acompanhar a passeata.



Cliente de renda baixa é discriminado

Que os bancos discriminam os clientes com poder aquisitivo baixo e transferem o atendimento para os correspondentes bancários todo mundo já sabe. O problema é que a prática tem o apoio do Banco Central, que recentemente ampliou a atuação dos correspondentes em todo o país.

Com base na resolução 3.954, do BC, os bancos agora podem criar empresas para serem correspondentes deles mesmos, o que significa economia de custos com a abertura de agências e a contratação de bancários. Quer dizer, se as empresas já precarizam o trabalho, a tendência é a coisa piorar ainda mais.

O assunto, inclusive, foi pauta de audiência pública realizada nesta terça-feira (16/08), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, em Brasília. A exposição do Banco Central frustrou os trabalhadores e deixou claro que o papel do correspondente bancário foi além do pensado na década de 1970, quando foi criado.

Em outras palavras, deixou de ser um mecanismo para atender as localidades sem serviços bancários e se transformou em uma ferramenta para retirar os clientes de baixa renda das agências e precarizar o serviço. Tanto é que a maioria dos correspondentes hoje está nos mesmos locais das agências e não nas comunidades sem o serviço.

Atualmente tramita na Câmara um PDL (Projeto de Decreto Legislativo) que pretende anular a resolução do Banco Central, mas, para isso, precisa ser aprovado pela CFT e depois submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se deferido, vai para votação no plenário da Câmara Federal.

Itaú Unibanco demite mais um bancário em Petrópolis

As demissões no Itaú Unibanco estão acontecendo em todo o Brasil, diferentemente do que foi declarado publicamente por seu Presidente, na época da fusão entre Itaú e Unibanco em 2008, de que não aconteceriam demissões.

Ontem, dia 18/08, um funcionário com mais de 22 anos de serviços prestados no atendimento bancário, locado na agência do Itaú Unibanco de Corrêas, foi demitido.

O título de banco sustentável, concedido ao banco pelo jornal inglês Financial Times, é incompatível com as demissões, o clima é de tensão, motivado pela cobrança de metas abusivas. Além do respeito ao meio ambiente, e a sustentabilidade, pressupõe respeito aos trabalhadores, manutenção de empregos e um ambiente de trabalho saudável.

“Não aceitaremos que mais bancários percam seus empregos diante de um recorde de lucratividade de R\$ 7,1 bilhões, somente no primeiro semestre”, disse o funcionário do banco e Presidente do sindicato Luiz Claudio Rocha.

Aposentados com mais de 60 anos escaparão do Imposto de Renda

Os aposentados e pensionistas poderão escapar do Imposto de Renda ao completar 60 anos. A proposta, aprovada nesta quarta-feira 17/08 em uma comissão do Senado, vai conceder a isenção para diminuir a perda da grana dos mais velhos. A medida foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais e ainda deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. Se for aprovada, ela vai direto para a Câmara dos Deputados e, se for aprovada lá também, vai para a mesa da presidente Dilma Rousseff.

A autora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS), diz que o objetivo é "contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas, que têm visto seus rendimentos sendo achatados ano a ano".

O relator do projeto, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), concorda com os argumentos da autora. Em seu parecer pela aprovação da proposta, ele ressaltou "estar convicto da validade e relevância das mudanças pretendidas".

Ele lembrou ainda que aposentados e pensionistas com mais de 65 anos já estão contemplados com tratamento tributário diferenciado, que lhes concede, em última instância, "um aumento de renda". Para ele, aos 60 anos de idade, "já estão presentes as condições que justificam a isenção em sua defesa".